

ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAIS E
FIDEJUSSÓRIAS, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS
RESTRITOS, DA SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.

Pelo presente instrumento particular:

- I. de um lado, como emissora e ofertante das Debêntures (conforme definido abaixo):

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Marabá, Estado do Pará, na Rodovia PA 150, km 425, Distrito Industrial de Marabá, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 07.933.914/0001-54, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Pará ("JUCEPA") sob o NIRE 15.300.015.120, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Companhia");

- II. de outro lado, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

e, ainda, com a interveniência garantia de,

- III. como fiadores e principais pagadores, solidariamente entre si e com a Companhia (em conjunto, "Fiadores");

AÇO CEARENSE COMERCIAL LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Antônio Pompeu, nº 1900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.557.333/0001-65, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Aço Cearense Comercial");

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, na Rodovia Antiga BR 222, km 19, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.990.842/0001-38, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Aço Cearense Industrial");

WMA PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Meton de Alencar, nº 1807, sala 2, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.867.417/0001-03, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("WMA", e, em conjunto com a Aço Cearense Comercial e a Aço Cearense Industrial, "Fiadores Pessoas Jurídicas");

JOSÉ VILMAR FERREIRA, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade nº 495.890, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará ("SSP/CE"), inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 031.150.543-00, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Oswaldo Cruz, nº 540/2100, apto. 2100 ("José Vilmar");

WANDER JEAN MATOS FERREIRA, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, portador da cédula de identidade nº 92.002.325.626, expedida pela SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 734.453.393-68, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar, nº 3500/600, neste ato representado por sua procuradora Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães, qualificada abaixo ("Wander");

ROSE MARIE MATOS FERREIRA, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade nº 93.002.002.019, expedida pela SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob o nº 767.239.843-15, residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar, nº 3500/600, neste ato representado por sua procuradora Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães, qualificada abaixo ("Rose Marie"); e

ROSE ALINE FERREIRA DE FREITAS GUIMARÃES, brasileira, casada em regime de separação total de bens, empresária, portadora da cédula de identidade nº 93.002.002.027, expedida pela SSP/CE, inscrita no CPF/MF sob o nº 622.484.803-34, residente e domiciliada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na Avenida Beira Mar, 2100/2201 ("Rose Aline" e, em conjunto com José Vilmar, Wander e Rose Marie, "Fiadores Pessoas Físicas");

sendo a Companhia, o Agente Fiduciário e os Fiadores doravante designados, em conjunto, "Partes" e, individual e indistintamente, "Parte".

RESOLVEM as Partes, na melhor forma de direito, celebrar esta "Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Siderúrgica Norte Brasil S.A." ("Escritura de Emissão"), de acordo com os termos e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A (i) terceira emissão de debênture simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais reais e fidejussórias, em série única, da Companhia ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), (ii) distribuição pública, com esforços restritos, das Debêntures, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta Restrita"); e (iii) outorga das Garantias, serão realizadas com base nas seguintes deliberações:

- (i) reunião do conselho fiscal da Companhia realizada em 6 de agosto de 2015;
- (ii) assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 6 de agosto de 2015 ("AGE da Companhia");
- (iii) reunião de sócios da Aço Cearense Comercial realizada em 6 de agosto de 2015 ("Reunião de Sócios da Aço Cearense Comercial");
- (iv) reunião de sócios da Aço Cearense Industrial realizada em 6 de agosto de 2015 ("Reunião de Sócios da Aço Cearense Industrial"); e
- (v) reunião do conselho de administração da WMA realizada em 6 de agosto de 2015 ("RCA da WMA").

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta Restrita e a outorga das Garantias serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:
 - (a) a ata da AGE da Companhia será arquivada na JUCEPA e publicada no Diário Oficial do Estado do Pará ("DOEPA") e no jornal "Correio do Tocantins";

- (b) a ata da Reunião de Sócios da Aço Cearense Comercial será arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará (“JUCEC”);
- (c) a ata da Reunião de Sócios da Aço Cearense Industrial será arquivada na JUCEC; e
- (d) a ata da RCA da WMA será arquivada na JUCEC e publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará e no jornal “O Estado”;
- II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão:
- (a) inscritos na JUCEPA; e
- (b) em razão da prestação da Fiança pelos Fiadores, registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Marabá, Estado do Pará, da Comarca da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, da Comarca da Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- III. *constituição da Cessão Fiduciária.* Observado o disposto na Cláusula 6.12 abaixo, a Cessão Fiduciária foi formalizada por meio do “Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia”, a ser celebrado entre a Companhia, a Aço Cearense Industrial, o Agente Fiduciário e Itaú Unibanco S.A. (“Banco Centralizador”) (tal contrato e seus eventuais aditamentos, “Contrato de Cessão Fiduciária”), e será constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- IV. *constituição da Alienação Fiduciária.* Observado o disposto na Cláusula 6.13 abaixo, a Alienação Fiduciária foi formalizada por meio do “Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia”, a ser celebrado entre a Aço Cearense Industrial, o Agente Fiduciário, José Vilmar e a SGS do Brasil Ltda., com a interveniência anuência da Companhia (tal contrato e seus eventuais aditamentos, “Contrato de Alienação Fiduciária”, e o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária, em conjunto, “Contratos de Garantia”), e será constituída mediante o registro do Contrato de Alienação Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- V. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados

Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;

- VI. *registro para negociação e custódia eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- VII. *registro pela CVM.* A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos; e
- VIII. *registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* Por se tratar de distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1 A Companhia tem por objeto social (i) indústria siderúrgica integrada, bem como a comercialização, no atacado e varejo, de laminados longos de aço; relaminados, trefilados e perfilados de aço; semi-acabados de aço; ferro-gusa, bem como a exportação desses produtos; (ii) produção florestal; cultivo de eucalipto; cultivo de mudas em viveiros florestais; e produção de carvão vegetal de florestas nativas; (iii) transportes rodoviários de cargas; e transportes com navegação interior de carga; e (iv) participação em outras sociedades, de qualquer natureza, sempre que o investimento for considerado conveniente para atingir o objeto social.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para o resgate e a quitação da totalidade das debêntures da segunda emissão da Companhia, bem como para quitação e/ou amortização, conforme aplicável, dos seguintes instrumentos de derivativos da Companhia: (i) contrato de swap nº SW2414-13 (código CETIP nº 13G00030148); (ii) contrato de swap nº SW6403-15 (código CETIP nº 15G00644755); e (iii) contrato a termo de moeda nº SW6420-15 (código CETIP nº F15G72159).

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

5.1 *Distribuição.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do “Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, da 3ª (Terceira) Emissão de Siderúrgica Norte Brasil S.A.” (“Contrato de Distribuição”), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), tendo como público alvo exclusivamente investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”).

5.2 *Prazo de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição das Debêntures.

5.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição (“Data de Integralização”), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário.

5.4 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP 21. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a terceira emissão de debêntures da Companhia.

6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$ 249.440.000,00 (duzentos e quarenta e nove milhões e quatrocentos e quarenta mil reais), na Data de Emissão.

6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 24.944 (vinte e quatro mil e novecentas e quarenta e quatro) Debêntures.

6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.

6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures, observado ainda as regras operacionais da CETIP, é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").

6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures e da Companhia é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão com garantias adicionais real e fidejussória, nos termos das Cláusulas 6.11, 6.12 e 6.13 abaixo.

6.11 *Garantias Fidejussórias.* Os Fiadores, neste ato, obrigam-se, solidariamente entre si e com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente (entre si e com a Companhia) responsáveis por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios, devidos pela Companhia e pelos Fiadores nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente

Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia ("Fiança").

6.11.1 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Companhia nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as obrigações garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

6.11.2 A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios, devidos pela Companhia e pelos Fiadores nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia.

6.11.3 Cada um dos Fiadores, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, exigir e/ou demandar a Companhia ou qualquer dos demais Fiadores em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia e/ou de qualquer dos demais Fiadores em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia antes da integral liquidação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

6.12 *Cessão Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, será constituída, sob condição suspensiva, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e da Aço Cearense Industrial ("Direitos Creditórios Cedidos"

Fiduciariamente”), conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária (“Cessão Fiduciária”).

6.12.1 Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, o Valor de Cessão Fiduciária deverá corresponder aos percentuais do Saldo Devedor das Debêntures previstos no Contrato de Cessão Fiduciária (“Percentual da Cessão Fiduciária”), observado o disposto na Cláusula 6.17 abaixo.

6.12.2 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. “Período de Apuração da Cessão Fiduciária” significa cada período de 2 (dois) meses do ano civil, considerando sempre o mês inteiro, desde o dia 1º até o dia de seu término, sendo certo que nenhum Período de Apuração da Cessão Fiduciária poderá considerar quaisquer dias anteriores à Data de Integralização;
- II. “Saldo Devedor das Debêntures” significa o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação (assim entendidas as Debêntures subscritas e integralizadas que não tiverem sido resgatadas pela Companhia), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data do último pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a respectiva data de cálculo, conforme calculado pela Emissora e alinhado com o Agente Fiduciário; e
- III. “Valor da Cessão Fiduciária” significa, observado o disposto na Cláusula 4.1.2 abaixo, média aritmética do valor agregado dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente. A média aritmética será entendida como o somatório do valor de cada posição diária (considerando apenas Dias Úteis) de títulos de crédito a vencer da carteira de Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente dividido pelo número de Dias Úteis do respectivo Período de Apuração, determinado em cada Período de Apuração da Cessão Fiduciária imediatamente anterior à Data de Apuração, conforme verificado pelo Banco Centralizador.

6.12.3 O Percentual da Cessão Fiduciária será apurado pelo Agente Fiduciário mensalmente, no 3º (terceiro) Dia Útil de cada mês (“Data de Apuração”), com base no Valor da Cessão Fiduciária, nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária. Para os fins da Cessão Fiduciária, a primeira Data de Apuração ocorrerá no mês imediatamente subsequente à Data de Integralização.

6.13 *Alienação Fiduciária.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações, pecuniárias, principais e acessórias, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, será constituída, sob condição suspensiva, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, alienação fiduciária de bens móveis de titularidade da

Aço Cearense Industrial ("Bens Móveis Alienados Fiduciariamente"), conforme previsto no Contrato de Alienação Fiduciária ("Alienação Fiduciária", e, em conjunto com a Fiança e a Cessão Fiduciária, "Garantias").

6.13.1 Nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, o Valor da Alienação Fiduciária deverá corresponder aos percentuais do Saldo Devedor das Debêntures previstos no Contrato de Alienação Fiduciária ("Percentual da Alienação Fiduciária"), observado o disposto na Cláusula 6.17 abaixo.

6.13.2 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Período de Apuração da Alienação Fiduciária" significa cada período de 1 (um) mês do ano civil, considerando sempre o mês inteiro, desde o dia 1º até o dia de seu término; e
- II. "Valor da Alienação Fiduciária" significa, observado o disposto no Contrato de Alienação Fiduciária, o valor dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente, determinado em cada Período de Apuração da Alienação Fiduciária imediatamente anterior à Data de Apuração, conforme avaliação realizada pelo Avaliador (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária), nos termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária.

6.13.3 O Percentual da Alienação Fiduciária será apurado pelo Agente Fiduciário mensalmente, em cada Data de Apuração, com base no Valor da Alienação Fiduciária, nos termos previstos no Contrato de Alienação Fiduciária. Para os fins da Alienação Fiduciária, a primeira Data de Apuração ocorrerá no mês imediatamente subsequente à Data de Integralização.

6.14 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 10 de agosto de 2015 ("Data de Emissão").

6.15 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de agosto de 2020 ("Data de Vencimento").

6.16 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, na seguinte ordem:

- I. 35 (trinta e cinco) parcelas, cada uma no valor correspondente a 2,78% (dois inteiros e setenta e oito centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidas no dia 10 de cada mês, sendo a primeira parcela devida em 10 de agosto de 2017 e a última parcela devida em 10 de julho de 2020; e
- II. 1 (uma) parcela, no valor correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida na Data de Vencimento.

6.17 *Remuneração.* A remuneração das Debêntures será a seguinte:

- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
- II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes ao percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, conforme indicado abaixo, a ser apurada pelo Agente Fiduciário mensalmente, em cada Data de Apuração, e a ser aplicada durante o Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração (“Remuneração”):
- (a) até o término do Período de Carência para Alteração da Remuneração, a Remuneração será equivalente a 135% (cento e trinta e cinco por cento) da Taxa DI; e
- (b) após o término do Período de Carência para Alteração da Remuneração, a Remuneração será equivalente a:
- (i) 135% (cento e trinta e cinco por cento) da Taxa DI durante o Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração, se, cumulativamente, (1) no Período de Apuração da Cessão Fiduciária imediatamente anterior à respectiva Data de Apuração, o Percentual da Cessão Fiduciária for igual ou superior a 20% (vinte por cento) do Saldo Devedor das Debêntures; e (2) no Período de Apuração da Alienação Fiduciária imediatamente anterior à respectiva Data de Apuração, o Percentual da Alienação Fiduciária for igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do Saldo Devedor das Debêntures; ou

- (ii) 160% (cento e sessenta por cento) da Taxa DI durante todo o Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração, se (1) no Período de Apuração da Cessão Fiduciária imediatamente anterior à respectiva Data de Apuração, o Percentual da Cessão Fiduciária for inferior a 20% (vinte por cento) do Saldo Devedor das Debêntures; e/ou (2) no Período de Apuração da Alienação Fiduciária imediatamente anterior à respectiva Data de Apuração, o Percentual da Alienação Fiduciária for inferior a 80% (oitenta por cento) do Saldo Devedor das Debêntures.

6.17.1 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Período de Carência para Alteração da Remuneração" significa, durante toda a vigência das Debêntures, um único período compreendendo 3 (três) Datas de Apuração consecutivas ou 5 (cinco) Datas de Apuração alternadas, nas quais o Agente Fiduciário tenha verificado que (i) o Percentual da Cessão Fiduciária seja inferior a 20% (vinte por cento) do Saldo Devedor das Debêntures; e/ou (ii) o Percentual da Alienação Fiduciária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do Saldo Devedor das Debêntures. Após o término do Período de Carência para Alteração da Remuneração, a Remuneração variará, em cada Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração, de acordo com o disposto na Cláusula 6.17 acima.

6.17.2 Caberá ao Agente Fiduciário:

- I. mensalmente, em cada Data de Apuração, apurar a Remuneração aplicável durante o Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração, considerando os critérios previstos na Cláusula 6.17 acima, incluindo a verificação do eventual término do Período de Carência para Alteração da Remuneração;
- II. mensalmente, em cada Data de Apuração, comunicar aos Debenturistas, individualmente, à Companhia e aos Fiadores, nos termos da Cláusula 6.29 abaixo, a Remuneração aplicável durante o Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração, nos termos previstos no inciso I acima;
- III. mensalmente, até o 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente subsequente a cada Data de Apuração e anterior ao início do Período de Capitalização subsequente, comunicar, em conjunto com a Companhia, à CETIP, ao Escriturador e ao Banco Liquidante, a Remuneração aplicável durante o Período de Capitalização imediatamente subsequente à respectiva Data de Apuração, nos termos previstos no inciso I acima; e

- IV. o Agente Fiduciário não se responsabiliza, expressa ou tacitamente, por qualquer ato, fato ou prejuízo decorrente do uso indevido das informações disponibilizadas e/ou solicitadas conforme o inciso III acima, embora tenha se empenhado em prestar informações precisas e atualizadas, para quaisquer que sejam os fins utilizados pela Companhia, pela CETIP, pelo Escriturador e pelo Banco Liquidante, visto que os mesmos poderão dispor de informações equivocadas e divergentes das disponibilizadas pelo Agente Fiduciário na data em que foram elaboradas.

6.17.3 A comunicação do Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 6.17.2 acima, inciso II, é suficiente para a definição da Remuneração e independe de qualquer outra formalidade adicional ou de aditamento a esta Escritura de Emissão. A Companhia, os Fiadores e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas, neste ato, concordam, em caráter irrevogável e irretratável, (i) com a forma de cálculo da Remuneração prevista nesta Escritura de Emissão; e (ii) que não serão devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Companhia ou dos Fiadores quanto pelos Debenturistas, com relação à variação da Remuneração na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

6.17.4 Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de setembro de 2015 e o último na Data de Vencimento.

6.17.5 A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [FatorDI - 1]$$

Sendo que:

JR = valor da Remuneração devida nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VN = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times S \right) \right]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento apurada com a seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

Sendo que:

$k = 1, 2, \dots, n$;

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP com 2 (duas) casas decimais;

$d_k = 1$ (um); e

$S = 135,00\%$ ou $160,00\%$, conforme aplicável, nos termos do inciso II da cláusula 6.17 acima.

6.17.5.1. Observações:

- (i) O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k \times S)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k \times S)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iii) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (iv) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

6.17.5.2. Define-se “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou

na data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data de pagamento de Remuneração correspondente ao período (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

6.17.6 Observado o disposto na Cláusula 6.17.7 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, entre a Companhia, os Fiadores e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

6.17.7 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI. Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia ou os Fiadores e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Companhia e a Fiadora, de forma solidária, se obrigam, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor

Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, a última Taxa DI divulgada oficialmente.

6.17.8 Os Fiadores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 6.17 a 6.17.7 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia de resgatar as Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. Os Fiadores desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 6.17.7 acima.

6.18 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada das Debêntures.

6.19 *Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Antecipada Facultativa.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Integralização, independentemente da vontade dos Debenturistas, mediante aviso prévio aos Debenturistas, por meio de publicação, nos termos da Cláusula 6.28 abaixo, ou de comunicação individual enviada a cada um dos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, com 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para a sua realização, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures (sendo vedado o resgate parcial das Debêntures), ou a amortização antecipada das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou da parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e de prêmio incidente sobre o valor do resgate ou da amortização conforme o caso, correspondente a 2,00% (dois por cento) ao ano, calculado *pro rata temporis* pelo período compreendido entre a data do resgate ou da amortização, conforme o caso, e a Data de Vencimento (“Prêmio”).

6.20 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

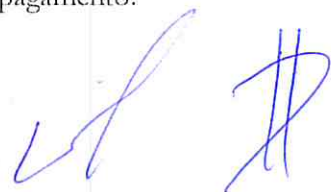
6.21 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.22 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, serão realizados (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, à Remuneração, ao Prêmio e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) pela Companhia, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso; ou (iii) pelos Fiadores, em qualquer caso, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso.

6.23 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja um Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por “Dia Útil” qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados bancários na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

6.24 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pelos Fiadores aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

6.25 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.



6.26 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.27 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.27.2 e 6.27.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e por qualquer dos Fiadores, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo dos Encargos Moratórios, quando for o caso, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”):

- I. (a) decretação de falência da Companhia, de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de qualquer sociedade controladora, direta ou indireta (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas (“Controladora”) e/ou de qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas (“Controlada”); (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia, por qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada; (c) pedido de falência da Companhia, de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento; ou (f) morte, declaração de incapacidade ou declaração de ausência de qualquer dos Fiadores Pessoas Físicas, sem que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do evento, seja aprovado substituto por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- II. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, e/ou prevista nesta Escritura de Emissão e/ou a qualquer dos Contratos de Garantia na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia;

- III. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para as quais o prazo de cura tenha sido expressamente excluído;
- IV. invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e/ou qualquer dos Contratos de Garantia, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo evento;
- V. questionamento judicial ou arbitral, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, das Controladas, das Controladoras e/ou por qualquer coligada à Companhia, de qualquer das Garantias, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia;
- VI. questionamento judicial ou arbitral, por qualquer pessoa não mencionada no inciso VI acima, de qualquer das Garantias, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, não sanado ou suspenso no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial;
- VII. conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido, sem limitação, como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus") (exceto pela Cessão Fiduciária ou pela Alienação Fiduciária, conforme o caso)), arresto, sequestro ou penhora, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, de ou sobre (a) qualquer dos créditos cedidos fiduciariamente e/ou qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; e/ou (b) qualquer dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária e/ou dos direitos a estes inerentes;



- VIII. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- IX. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, qualquer Controladora e/ou qualquer Controlada, exceto (a) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (c) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas ou de qualquer das Controladas e/ou pela incorporação de ações, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de ações de emissão de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas ou de qualquer das Controladas; e (d) se a operação for realizada exclusivamente entre Controladas;
- X. redução de capital social da Companhia, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
- XI. alteração ou transferência do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia, de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, exceto previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- XII. alteração do objeto social da Companhia, de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- XIII. verificação, pelo Agente Fiduciário, em qualquer Data de Apuração, que (a) o Percentual da Cessão Fiduciária seja inferior a 15% (quinze por cento) do Saldo

Devedor das Debêntures; e/ou (b) o Percentual da Alienação Fiduciária seja inferior a 70% (setenta por cento) do Saldo Devedor das Debêntures;

- XIV. comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso, é falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente em qualquer aspecto relevante, não sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de comunicação da referida comprovação (a) pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores ao Agente Fiduciário, ou (b) pelo Agente Fiduciário à Companhia e/ou a qualquer dos Fiadores, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro;
- XV. inadimplemento, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, de qualquer obrigação financeira em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- XVI. vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, de qualquer dos Fiadores, de qualquer Controladora e/ou de qualquer Controlada em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- XVII. protesto de títulos contra a Companhia, qualquer dos Fiadores, qualquer Controladora e/ou qualquer Controlada, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário no prazo legal que o protesto foi cancelado;
- XVIII. inadimplemento, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão administrativa ou arbitral não sujeita a recurso e à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação da referida decisão, contra a Companhia, qualquer dos Fiadores, qualquer Controladora e/ou qualquer Controlada, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- XIX. prestação, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, de qualquer garantia, pessoal, incluindo aval ou fiança, para qualquer sociedade que não seja, cumulativamente, (a) uma Controlada, uma Controladora ou uma coligada da Companhia; e (b) exerça atividade relacionada à cadeia de produção da Companhia e/ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas;

- XX. alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de qualquer ativo em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, por cada período de 12 (doze) meses desde a Data de Emissão, para qualquer sociedade que não seja uma Controlada, exceto pelas vendas, pela Companhia e pelas Controladas, de produtos no curso normal de seus negócios;
- XXI. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda (a) pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de parte substancial de seus ativos; ou (b) pelos atuais acionistas da Companhia, de qualquer das ações de emissão da Companhia;
- XXII. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita estritamente nos termos da Cláusula 4 acima;
- XXIII. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- XXIV. realização, pela Companhia, por qualquer dos Fiadores, por qualquer Controladora e/ou por qualquer Controlada, de investimento em CAPEX em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$200.000.000,00 (duzentos milhões reais), em relação a cada exercício social a partir, inclusive, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que, para os fins desta Escritura de Emissão, "CAPEX" é a sigla da expressão inglesa *Capital Expenditure* (em português, despesas de capital ou investimento em bens de capital) e que designa o montante de dinheiro despendido na aquisição (ou introdução de melhorias) de bens de capital de uma determinada empresa. O CAPEX é, portanto, o montante de investimentos realizados em equipamentos e instalações de forma a manter a produção de um produto ou serviço ou para manter em funcionamento um negócio ou um determinado sistema;
- XXV. não observância, pela WMA, de qualquer dos índices financeiros abaixo (em conjunto, "Índices Financeiros"), a serem apurados anualmente pela Companhia e

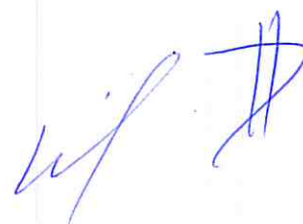
acompanhados pelo Agente Fiduciário, tendo por base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA, observado o disposto na Cláusula 7.1 abaixo:

- (a) do índice financeiro, decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a (i) 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016; (ii) 5 (cinco) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (iii) 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (iv) 4,0 (quatro inteiros e cinco décimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; ou
- (b) do índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida, que deverá ser igual ou superior a (i) 1,0 (um inteiro) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e (ii) 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes, com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA relativas a cada exercício social a partir, inclusive, do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; ou

XXVI. não observância, pela Companhia e pela Aço Cearense Industrial, consideradas em conjunto, por 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, do índice de liquidez correspondente a 70% (setenta por cento), calculado de acordo com a seguinte fórmula: $IDL = P / (PG + V + B)$ (“Índice de Liquidez”), a ser apurado mensalmente pela Companhia nos termos da Cláusula 7.1, inciso I, alínea (b), abaixo e verificado pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar do recebimento das informações mencionadas na Cláusula 7.1, inciso I, alínea (b), abaixo, levando em conta as seguintes definições:

“IDL – Índice de Liquidez”: significa a capacidade de pagamento dos sacados mencionados no Contrato de Cessão Fiduciária, frente às suas obrigações;

“P – Pagamento Total Líquido”: significa o valor total efetivamente pago pelas Notas enviadas pela Companhia e pela Aço Cearense Industrial, consideradas em conjunto, correspondente ao valor total que tenha sido depositado nas Contas Vinculadas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), sendo certo que as Notas podem ser pagas com abatimentos, o que impactará negativamente o IDL;



COMPANHIA
AÇO CEARENSE INDUSTRIAL

“PG”: significa o somatório do valor nominal de todas as Notas pagas (valor original) emitidas pela Companhia e pela Aço Cearense Industrial, consideradas em conjunto;

“V”: significa o valor nominal das Notas vencidas e não pagas até o vencimento;

“B”: significa o valor total em títulos baixados, sendo certo que a Companhia e a Aço Cearense Industrial podem solicitar a baixa de uma Nota (retirada do sistema do Banco Centralizador (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), sendo certo que Notas vencidas e não vencidas podem ser baixadas do sistema de cobrança, ambas impactando negativamente o IDL; e

“Nota”: significa qualquer nota de cobrança, boleto de cobrança, duplicata ou outro documento que comprove os Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente.

6.27.1 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.27 acima, incisos I a XI e XIV a XXII, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.27.2 Ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.27.1 acima), o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, (i) a maioria das Debêntures em circulação, com relação aos Evento de Inadimplemento a que se referem a Cláusula 6.27 acima, incisos XXIII a XXV, ou (ii) 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, com relação aos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.27.1 acima ou no item (i) anterior), decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.27.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia e os Fiadores se obrigam a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento,

outros valores eventualmente devidos pela Companhia e pelos Fiadores, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigados, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.27.4 Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou liquidação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez liquidados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, em relação às obrigações decorrentes das Debêntures, que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) saldo do Valor Nominal Unitário. A Companhia e os Fiadores permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia e os Fiadores, neste ato, que tal saldo devedor será considerado título executivo extrajudicial.

6.27.5 Para os fins desta Escritura de Emissão, aplicam-se as seguintes definições:

- I. “Despesa Financeira Líquida”: significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA, as despesas financeiras ao longo do exercício social objeto da apuração, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio, receitas financeiras e variações cambiais, sendo que a Despesa Financeira Líquida será apurada em módulo, se for negativa e, se for positiva, será considerado 1 (um);
- II. “Dívida Líquida”: significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA, o somatório dos saldos das dívidas consolidadas, incluindo dívidas perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos, financiamentos, arrendamentos mercantis, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, nos mercados local e/ou internacional, coobrigações, avais ou fianças, e obrigações

referentes a parcelamento de tributos e/ou taxas, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras; e

- III. “EBITDA”: significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA, o lucro antes de juros, impostos e tributos, amortização e depreciação ao longo do exercício social objeto da apuração.

6.28 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOEPA e no jornal “Correio do Tocantins”, sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.29 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

- I. para a Companhia:

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.

Rua Antônio Pompeu, 1900

60040-001 Fortaleza, CE

At.: Sr. Tom Arrais

Sr. Cláudio Lustosa

Sr. Marcelo Rangel

Telefone: (85) 4011-1333

Fac-símile: (85) 4011-1420

Correio Eletrônico: tom@acocearense.com.br

claudio.lustosa@acocearense.com.br

marcelo.rangel@acocearense.com.br

INFORMAÇÕES

II. para o Agente Fiduciário:
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro
Sr. Marco Aurélio Ferreira
Sra. Marcelle Motta Santoro
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

III. para os Fiadores:
AÇO CEARENSE COMERCIAL LTDA.
AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA.
WMA PARTICIPAÇÕES S.A.
JOSÉ VILMAR FERREIRA
WANDER JEAN MATOS FERREIRA
ROSE MARIE MATOS FERREIRA
ROSE ALINE FERREIRA

A/C:
Siderúrgica Norte Brasil S.A.
Rua Antônio Pompeu, 1900
60040-001 Fortaleza, CE
At.: Sr. Tom Arrais
Sr. Cláudio Lustosa
Sr. Marcelo Rangel
Telefone: (85) 4011-1333
Fac-símile: (85) 4011-1420
Correio Eletrônico: tom@acocearense.com.br
claudio.lustosa@acocearense.com.br
marcelo.rangel@acocearense.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DOS FIADORES

7.1 A Companhia e os Fiadores, de forma solidária, estão adicionalmente obrigados a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação:

- (i) cópia das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, da Aço Cearense Comercial e da Aço Cearense Industrial relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, auditadas por KPMG Auditores Independentes, PriceWaterhouseCoopers, Ernst & Young ou Deloitte Touche Tohmatsu;
- (ii) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da WMA, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, auditadas por KPMG Auditores Independentes, PriceWaterhouseCoopers, Ernst & Young ou Deloitte Touche Tohmatsu ("Demonstrações Financeiras Consolidadas da WMA");
- (iii) memória de cálculo dos Índices Financeiros e as rubricas necessárias para o acompanhamento dos Índices Financeiros da WMA, devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Companhia, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Companhia, a WMA e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e
- (iv) declaração assinada por representante legal da Companhia com poderes para tanto atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Companhia perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
- (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do término de cada mês, o cálculo do Índice de Liquidez e as informações necessárias à verificação de tal cálculo;
- (c) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (d) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento; ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela

Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores relacionada a um Evento de Inadimplemento;

- (e) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser razoavelmente solicitados pelo Agente Fiduciário;
 - (f) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação:
 - (i) cópia das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, de cada um dos Fiadores Pessoas Jurídicas, de cada Controlada e de cada coligada, relativas ao respectivo trimestre encerrado nos meses de março, junho e setembro de cada ano, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; e
 - (ii) cópia das demonstrações financeiras consolidadas da WMA, relativas ao respectivo trimestre encerrado nos meses de março, junho e setembro de cada ano, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor;
 - (g) 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos devidamente registrada na JUCEPA e nos cartórios de registro de títulos e documentos indicados na cláusula 2.1 inciso II, alínea "b" acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu efetivo registro; e
 - (h) 1 (uma) via original de cada um dos Contratos de Garantia e de seus eventuais aditamentos devidamente registrada nos cartórios de registro de títulos e documentos indicados nos respectivos Contratos de Garantia, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu efetivo registro;
- II. informar o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Liquidante e a CETIP sobre a realização de qualquer pagamento antecipado, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;
- III. disponibilizar aos Debenturistas, mediante envio ao Agente Fiduciário, as demonstrações financeiras consolidadas previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;

- IV. cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais que sejam aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso;
- V. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não afete de forma adversa a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso;
- VI. manter os ativos operacionais relevantes da Companhia, dos Fiadores Pessoas Jurídicas, das Controladoras e das Controladas adequadamente segurados, conforme as melhores práticas correntes no mercado de atuação da Companhia;
- VII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- VIII. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o CETIP 21, arcando com os respectivos custos;
- IX. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Banco Centralizador, a empresa responsável pelo monitoramento dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP 21);
- X. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores;
- XI. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4, inciso I, abaixo; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4, inciso II, abaixo;

- XII. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XIII. sempre cumprir estritamente as Obrigações Anticorrupção, monitorar seus colaboradores, agentes e pessoas ou entidades que estejam agindo por sua conta para garantir o cumprimento das Obrigações Anticorrupção;
- XIV. informar em até 2 (dois) Dias Úteis, por escrito, ao Agente Fiduciário detalhes de qualquer violação às Obrigações Anticorrupção que eventualmente venha a ocorrer pela Companhia, pelos Fiadores, qualquer de suas respectivas controladas e/ou por seus respectivos diretores, membros do conselho de administração, assessores ou prestadores de serviço agindo em seus respectivos benefícios ("Representantes");
- XV. convocar, no prazo de até 1 (um) Dia Útil, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, mas não o faça, nos termos da presente Escritura de Emissão e no prazo aplicável;
- XVI. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora e, sempre que solicitada, àquelas convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário; e
- XVII. exclusivamente com relação à Companhia, sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
- (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;

- INSTRUÇÃO
CVM 358
- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
 - (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

7.2 A Companhia obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. o representante legal) do Agente Fiduciário que assina esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia tem, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatário, tem os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor;



- IV. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, com base nas informações prestadas pela Companhia e pelos Fiadores, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;
- IX. verificou a regularidade da constituição da Fiança, com base nas demonstrações financeiras e nas declarações prestadas pelos Fiadores, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- X. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- XI. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;



XIII. não tem qualquer ligação com a Companhia e/ou com qualquer dos Fiadores que o impeça de exercer suas funções;

XIV. na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário na segunda emissão de debêntures da Companhia, no valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 10 de julho de 2013, com prazo de 5 (cinco) anos, consistindo em 1.000 (um mil) debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, representada por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e da Aço Cearense Industrial, nos valores previstos no respectivo contrato de cessão fiduciária, e alienação fiduciária de bens móveis de titularidade da Aço Cearense Industrial, nos valores previstos no respectivo contrato de alienação fiduciária, bem como com garantias adicionais de fiança dos Fiadores, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, conversão, amortização, repactuação ou inadimplemento; e

XV. tendo em vista o disposto no inciso XIV acima, assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se refere o inciso XIV acima.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, ou até sua efetiva substituição.

8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição, e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;

- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.28 e 6.29 acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

I. receberá uma remuneração:

- (a) de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) por ano, devida pela Companhia (e, solidariamente, pelos Fiadores), sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;

- (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado (“IGP-M/FGV”), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
- (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia e/ou pelos Fiadores, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) acima;
- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, sem prejuízo da atualização monetária de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento), ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV; e
- (f) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
- II. será reembolsado pela Companhia e pelos Fiadores por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (c) extração de certidões e despesas cartorárias;
- (d) *conference calls* e contatos telefônicos;
- (e) viagens, alimentação, transportes e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- (f) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
- (g) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia e/ou dos Fiadores no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia e pelos Fiadores, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamentos aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia e dos Fiadores, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4, inciso I, alínea (c), acima, e na Cláusula 8.4, incisos II e III, acima; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou os Fiadores não o façam, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão, o registro da Cessão Fiduciária, o registro da Alienação Fiduciária e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da Companhia ou os Fiadores incorrerem no descumprimento de obrigação não pecuniária;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. verificar a regularidade da constituição das Garantias e dos valores dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- XI. examinar proposta de substituição de qualquer das Garantias, manifestando, se for o caso, sua expressa e justificada concordância, após aprovação pelos Debenturistas, reunidos em assembleia geral de Debenturistas;

- XII. intimar a Companhia e os Fiadores a reforçar as Garantias, conforme aplicável, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia;
- XIV. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia e/ou em qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas;
- XV. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XVI. comparecer à assembleia geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVII. elaborar, no prazo legal, e enviar uma cópia à Companhia, na mesma data em que disponibilizar aos Debenturistas, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia e os Fiadores enviar todas as informações financeiras, organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta Restrita ou colocação das Debêntures no mercado;

- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia e pelos Fiadores nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, conforme aplicável;
- (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
- (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XVIII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVII acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;

XIX. publicar, em conjunto com a Companhia, às expensas da Companhia e dos Fiadores, nos termos da Cláusula 6.28 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVII acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVIII acima;

XX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- XXI. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- XXII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.28 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;
- XXIII. divulgar as informações referidas no inciso XVII acima, alínea (j), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e
- XXIV. divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou página na Internet, em cada Dia Útil, o Saldo Devedor das Debêntures, calculado, em conjunto, pela Companhia e pelo Agente Fiduciário.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer dos Contratos de Garantia, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.27 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. observadas as disposições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
 - III. requerer a falência e/ou a insolvência, conforme o caso, da Companhia e dos Fiadores, se não existirem garantias reais;
 - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - V. representar os Debenturistas em processo de falência, insolvência (conforme aplicável), recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores.

8.6.1 Observado o disposto na Cláusula 6.27 e seguintes, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, está assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia e os Fiadores.

8.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis, desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.28 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.

9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios, aos representantes do Agente Fiduciário ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.17 e 6.17.7 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) de qualquer das Garantias; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas à Cláusula 6.19 acima; ou (j) de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 9.6 acima.

9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer dos Fiadores; (iii) a qualquer Controladora ou controlada, direta ou indireta, ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas nos itens anteriores; ou (iv) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge,

companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas aos itens anteriores.

9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.9 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

9.10 As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DOS FIADORES

10.1 A Companhia e os Fiadores, de forma solidária, neste ato, declaram que:

- I. a Companhia é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a CVM, e os Fiadores Pessoas Jurídicas são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações, no caso da WMA, ou sociedade limitada, no caso dos demais Fiadores Pessoas Jurídicas, de acordo com as leis brasileiras;
- II. os Fiadores pessoas físicas são capazes para a prática de todos os atos da vida civil, e o estado civil (a) do Sr. José Vilmar Ferreira é divorciado; (b) do Sr. Wander Jean Matos Ferreira é casado em regime de separação total de bens; (c) da Sra. Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães é casada em regime de separação total de bens; e (d) da Sra. Rose Marie Matos Ferreira é solteira;
- III. a Companhia e os Fiadores estão devidamente autorizados e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia de que são parte e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas e à realização da Emissão e da Oferta Restrita, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários e regulatórios necessários para tanto;
- IV. os representantes legais da Companhia e os Fiadores que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia de que são parte têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia ou dos Fiadores, conforme o caso, as obrigações aqui e ali previstas e, sendo mandatários,

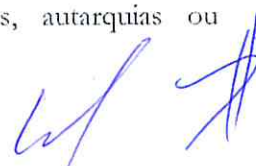


têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- V. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia de que são parte e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia e dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- VI. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a Emissão e a Oferta Restrita (a) não infringem o estatuto social ou o contrato social, conforme o caso, da Companhia ou de qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas; (b) não resultarão em criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores, exceto pela Cessão Fiduciária e pela Alienação Fiduciária; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou qualquer dos Fiadores e/ou qualquer de seus ativos;
- VII. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, e não ocorreu e não está existente, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VIII. até a presente data, nem a Companhia, os Fiadores e nem suas respectivas controladas e seus respectivos diretores, membros de conselho de administração, bem como quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em benefício de tais sociedades incorreram nas seguintes hipóteses, tendo ciência de que a sua prática é vedada para a Companhia, os Fiadores, suas respectivas controladas e seus respectivos Representantes: (i) ter utilizado os recursos da Companhia e/ou dos Fiadores para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política; (ii) ter feito qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros; (iii) ter realizado ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei aplicável; (iv) ter praticado quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (v) ter realizado qualquer pagamento ou tomar qualquer ação que viole

qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), e a U.S. *Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme aplicável; (vi) ter realizado um ato de corrupção, pago propina ou qualquer outro valor ilegal, bem como influenciar o pagamento de qualquer valor indevido. A Companhia e os Fiadores declaram e garantem ainda, que a Companhia, os Fiadores e suas controladas dão pleno conhecimento das leis anticorrupção a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Companhia, com os Fiadores ou suas respectivas controladas, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento;

- IX. têm conduzido seus negócios em conformidade com a legislação anticorrupção aplicável a qual podem estar sujeita, bem como têm instituído e mantido e, ainda, se obrigam a continuar a manter políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas, por meio do compromisso ora assumido (conjuntamente denominadas "Obrigações Anticorrupção");
- X. em conjunto com as suas controladas, dão pleno conhecimento das Obrigações Anticorrupção a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Companhia e/ou com os Fiadores, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura de Emissão;
- XI. têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e dos Fiadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- XII. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Companhia, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;
- XIII. as demonstrações financeiras da Companhia, dos Fiadores Pessoas Jurídicas, das Controladoras e das Controladas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia, dos Fiadores Pessoas Jurídicas, das Controladoras e das Controladas naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- XIV. estão, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou



instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso;

- XV. estão, assim como as Controladoras e as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso;
- XVI. possuem, assim como as Controladoras e as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aquelas cuja ausência não afete de forma adversa a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso;
- XVII. inexistem, inclusive em relação às Controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que afete de forma adversa a capacidade da Companhia e/ou de qualquer dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia, conforme o caso; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão e/ou qualquer dos Contratos de Garantia; e
- XVIII. não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

10.2 A Companhia e os Fiadores obrigam-se, de forma solidária, irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade, inconsistência, imprecisão, incorreção e/ou insuficiência de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia e os Fiadores obrigam-se a notificar, no prazo de 2 (dois) dias da data em que tomar conhecimento, o

Agente Fiduciário caso qualquer das declarações aqui prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia e dos Fiadores todos os custos incorridos com a Oferta Restrita ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures e das Garantias, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, do Banco Centralizador, da empresa responsável pelo monitoramento dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures e às Garantias.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as Partes.

12.2.1. Eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser protocolados na JUCEPA, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados de sua celebração, bem como registrados nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Marabá, Estado do Pará, da Comarca da Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, da Comarca da Cidade de Caucaia, Estado do Ceará, e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados de sua celebração, em razão da prestação da Fiança pelos Fiadores.

12.2.2. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão, poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, da CETIP ou da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a

declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as Partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das Partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

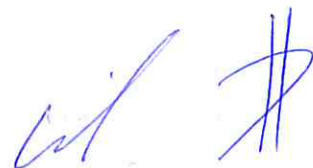
12.5 As Partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

13. ARBITRAGEM E FORO

13.1 Observado o disposto na Cláusula 13.7 abaixo, as Partes desde já convencionam que qualquer disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a esta Escritura de Emissão e/ou aos Contratos de Garantia, incluindo embargos de devedor à execução por quantia certa decorrente das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia, que serão substituídos pela arbitragem ("Controvérsia"), será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem.

13.2 A arbitragem será instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Regulamento"), por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com o Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiramente as disposições desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá o previsto nesta Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia.



13.3 A Parte interessada notificará a Câmara de Comércio Brasil-Canadá sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme o Regulamento.

13.4 A recusa, por qualquer Parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às Partes.

13.5 Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as Partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

13.6 As Partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As Partes reconhecem que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das Partes à arbitragem.

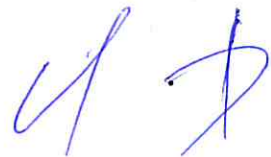
13.7 O disposto nesta Cláusula 13 não exclui o direito do Agente Fiduciário e, observado o disposto na Cláusula 0 e 0 acima, dos Debenturistas, de iniciar a execução das obrigações líquidas, certas e exigíveis decorrentes desta Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia perante o Poder Judiciário, caso em que fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 15 (quinze) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2015.

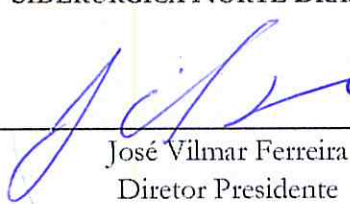
[ASSINATURAS SE ENCONTRAM NAS 5 (CINCO) PÁGINAS SEGUINTEs]


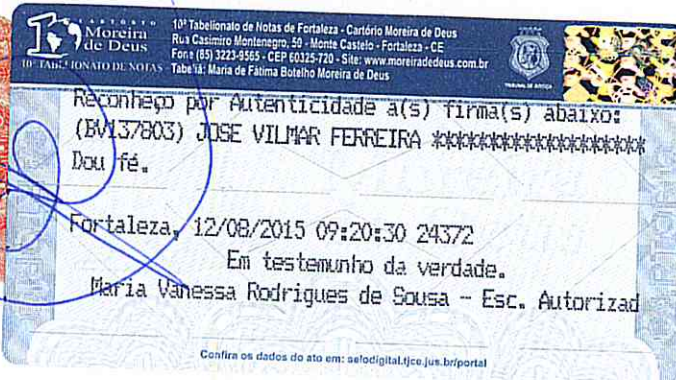
[REstante desta página intencionalmente deixado em branco]



[Página de Assinaturas 1/5 da "Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Siderúrgica Norte Brasil S.A."]

SIDERÚRGICA NORTE BRASIL S.A.


José Vilmar Ferreira
Diretor Presidente



Reconheço por Autenticidade a(s) firma(s) abaixo:
(BM137803) JOSE VILMAR FERREIRA *****
Dou fé.
Fortaleza, 12/08/2015 09:20:30 24372
Em testemunho da verdade.
Maria Vanessa Rodrigues de Sousa - Esc. Autorizada
Confira os dados do ato em: selodigital.tjce.jus.br/portal



[Página de Assinaturas 2/5 da "Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Siderúrgica Norte Brasil S.A."]

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:

Cargo: **Pedro Silva**
Procurador

ofício
DE NOTAS

Adilson Wagner Firmino TABELIÃO
Estrada dos Bandeirantes, 209 - Lojas C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel.: (21) 2445-8785

088906AA417966

Reconheço por **SEMELHANÇA** a(s) firma(s) de:
PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E SILVA.....

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 2015. Conf. por _____
Em testemunho _____ da verdade

Emolumentos R\$ 1,37
Impostos R\$ 1,00
Total R\$ 2,37

ofício
DE NOTAS

CTPS 72631 S/108RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE
AUTORIZADO
EBCW67454-RQI Consulte em "http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico"

Alberto Marques dos Santos
Escrivente
CTPS 16651 Série 108

[Página de Assinaturas 3/5 da 'Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Siderúrgica Norte Brasil S.A.']

AÇO CEARENSE COMERCIAL LTDA.

José Vilmar Ferreira
Administrador

AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA.

José Vilmar Ferreira
Administrador

WMA PARTICIPAÇÕES S/A.

José Vilmar Ferreira
Diretor Presidente

10º Tabelionato de Notas de Fortaleza - Cartório Moreira de Deus
Rua Casimiro Montenegro, 50 - Monte Castelo - Fortaleza - CE
Fone (85) 3223-9565 - CEP 60325-720 - Site: www.moreiradeus.com.br
Tabelião: Maria de Fátima Botelho Moreira de Deus

Reconheço por Autenticidade a(s) firma(s) abaixo:
(BV137804) JOSE VILMAR FERREIRA, (BV137805) JOSE VILMAR FERREIRA, (BV137806) JOSE VILMAR FERREIRA **
Dou fé.
Fortaleza, 12/08/2015 09:20:49 3904
Em testemunho da verdade.
Maria Vanessa Rodrigues de Sousa - Esc. Autorizada

Confira os dados do documento pelo portal digital tjce.jus.br/portal

JUNV4 02 RECONHECIMENTO DE FIRMA Nº BV 137.805
6WPP 02 RECONHECIMENTO DE FIRMA Nº RV 137.804

[Página de Assinaturas 4/5 da "Escrição Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Isão Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Siderúrgica Norte Brasil S.A."]

JOSÉ VILMAR FERREIRA

WANDER JEAN MATOS FERREIRA

p.p. Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães

ROSE MARIE MATOS FERREIRA

p.p. Rose Aline Ferreira de Freitas Guimarães

ROSE ALINE FERREIRA DE FREITAS GUIMARÃES

Reconheço por Autenticidade a(s) firma(s) abaixo:
(BV135207) ROSE ALINE MATOS FERREIRA DE FREITAS ***
GUIMARÃES

Fortaleza, 11/08/2015 16:27:32 23658
Em testemunho da verdade.
Maria Jocilene da Silva - Esc. Autorizada

Reconheço por Autenticidade a(s) firma(s) abaixo:
(BV135212) ROSE ALINE MATOS FERREIRA DE FREITAS ***
GUIMARÃES

Fortaleza, 11/08/2015 16:27:37 20224
Em testemunho da verdade.
Maria Jocilene da Silva - Esc. Autorizada

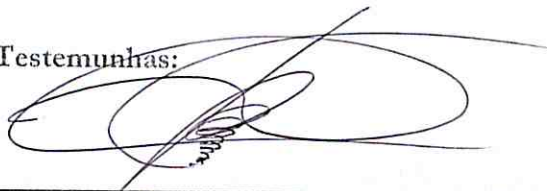
V88G 02
RECONHECIMENTO
DE FIRMA
Nº BV 135.212

Reconheço por Autenticidade a(s) firma(s) abaixo:
(BV135211) ROSE ALINE MATOS FERREIRA DE FREITAS ***
GUIMARÃES

Fortaleza, 11/08/2015 16:27:36 14292
Em testemunho da verdade.
Maria Jocilene da Silva - Esc. Autorizada

[Página de Assinaturas 5/5 da "Escritura Particular da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Reais e Fidejussórias, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Siderúrgica Norte Brasil S.A."]

Testemunhas:



Nome: CLÁUDIO LUSTOSA DA COSTA
CPF/MF: 763.390.683-91 BRITO



Nome: CHARLYANA REULLY CARDOSO SALES
CPF/MF: 914.251.153-49

